



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 05/05/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Merlong Solano (PT - PI)** - O Deputado afirmou que cerca de 37 milhões de trabalhadores estavam submetidos à jornada semanal de 44 horas e avaliou que o Brasil permanecia defasado em relação a países que já adotaram cargas inferiores a 40 horas. Destacou o impacto da escala 6 por 1 sobre 15 milhões de pessoas, com prejuízos à vida pessoal e maior sobrecarga para mulheres. Citou propostas em debate na Câmara, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos. Criticou a atuação de empresários contrários às mudanças e rejeitou a possibilidade de compensação financeira, defendendo ganhos sociais e produtivos com a medida.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado criticou a decisão do Ministério da Saúde de não incluir no SUS a vacina contra meningite tipo B para bebês, citando o custo elevado do imunizante na rede privada. Mencionou cortes no orçamento da saúde e comparou valores com recursos destinados à Lei Rouanet e despesas com viagens presidenciais. Também relatou a morte de uma criança no Mato Grosso e questionou a condução das políticas públicas na área. Declarou que o Governo apresentava queda em pesquisas e disse que faltavam ações efetivas diante de demandas consideradas prioritárias.

**Merlong Solano (PT - PI)** - O Deputado afirmou que o Governo federal criou uma nova etapa do programa Desenrola Brasil, voltada à renegociação de dívidas de cerca de 30 milhões de brasileiros. Destacou que a proposta previa descontos entre 30% e 90% e permitia o uso de até 20% do FGTS para quitação, contemplando famílias com renda de até cinco salários mínimos. Ressaltou que a iniciativa possibilitaria a troca de dívidas com juros elevados, como no cartão de crédito, por condições com taxa máxima inferior. Apontou que a medida contribuiria para reduzir o endividamento das famílias e ampliar a circulação de recursos na economia.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado relatou um caso de violência envolvendo dois meninos de 7 e 10 anos, vítimas de estupro coletivo cometido por um adulto e quatro adolescentes, e descreveu o episódio como grave. Afirmou que houve omissão de autoridades e lideranças políticas diante do caso e comparou a repercussão com outras ocorrências que tiveram maior visibilidade. Também mencionou declarações sobre operações policiais no Rio de Janeiro e criticou posicionamentos de integrantes do Governo federal. Citou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

pesquisa de opinião sobre a redução da maioria penal e defendeu a votação da medida no Congresso, argumentando que a legislação atual não responderia a crimes dessa natureza.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado relatou impactos de eventos climáticos no Rio Grande do Sul, com períodos de seca e cheia que afetaram a agricultura. Afirmou que a irregularidade no acesso à água prejudicava produtores e destacou a necessidade de políticas públicas voltadas à irrigação. Apresentou o Projeto de Lei nº 1.202, de 2026, que institui a Política Nacional de Incentivo à Irrigação para a Agricultura Familiar e para os Pequenos e Médios Produtores Rurais, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para implantação de sistemas de irrigação por pivô central, perfuração de poços artesianos e outras infraestruturas hídricas destinadas à mitigação dos efeitos da estiagem e à redução das perdas produtivas no campo. e dá outras providências. Defendeu a ampliação de reservatórios, sistemas de irrigação e acesso a financiamento com juros reduzidos, com o objetivo de garantir previsibilidade na produção e maior segurança no plantio e na colheita.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado corrigiu declaração anterior e reconheceu que a Deputada Fernanda Melchionna havia se manifestado sobre o caso de estupro envolvendo duas crianças. Citou a publicação da Deputada, que abordou a circulação de conteúdo criminoso nas redes sociais e defendeu a regulamentação das plataformas digitais. Em seguida, criticou o posicionamento, argumentando que o foco deveria ser a redução da maioria penal. Reiterou sua defesa de mudanças na legislação penal e afirmou que casos dessa natureza deveriam motivar debate sobre responsabilização criminal de adolescentes.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado criticou o que classificou como contradição entre discursos e votos no Parlamento. Afirmou que partidos de Direita e Extrema Direita teriam apoiado medidas de redução de penas, incluindo para crimes graves, como estupro e feminicídio. Ressaltou que essa posição teria beneficiado um número expressivo de pessoas no sistema prisional. Defendeu que a sociedade acompanhasse o histórico de votações dos parlamentares, especialmente em temas relacionados à dosimetria penal. Sustentou que houve incoerência entre declarações públicas e decisões no plenário, e atribuiu responsabilidade a partidos que, segundo ele, teriam contribuído para mudanças na legislação penal.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado defendeu a redução da maioria penal ao relatar um caso de violência envolvendo duas crianças, vítimas de estupro cometido por adolescentes e um adulto. Afirmou que a legislação atual previa medidas socioeducativas limitadas e argumentou que crimes dessa natureza exigiriam punições mais rigorosas. Também mencionou propostas como endurecimento de penas e castração química para estupradores. Em outro ponto, criticou Portaria do Governo federal que classificava o tabaqui



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

como espécie vulnerável, alegando impacto sobre pescadores da região amazônica, defendendo apoio à atividade pesqueira e ao manejo sustentável.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado afirmou que votações recentes no Congresso teriam impactado a punição de crimes graves. Declarou que partidos adversários teriam votado contra propostas para ampliar o tempo de prisão de condenados por crimes hediondos, incluindo estupro. Afirmou que houve posicionamento contrário à adoção de medidas como a castração química para estupradores. Sustentou que registros de votação indicariam essas posições e contestou acusações feitas por outros Parlamentares durante o debate.

**Airton Faleiro (PT - PA)** - O Deputado afirmou que adversários teriam contribuído para a redução de penas em diferentes crimes. Também destacou agendas do Governo federal, incluindo visita ao Baixo Tapajós com representantes do Ministério dos Povos Indígenas e da FUNAI para tratar de demandas como saúde, energia e demarcação de terras. Mencionou articulações internacionais conduzidas pelo Executivo em temas comerciais e de cooperação. Ainda abordou a nova etapa do Desenrola Brasil, ressaltando a ampliação da renegociação de dívidas, com descontos, uso do FGTS e foco em famílias de baixa renda, além de medidas envolvendo estudantes e restrições a apostas.

**Ismael (PL - SC)** - O Deputado registrou a realização do 41º Congresso dos Gideões, em Camboriú, Santa Catarina, e destacou a participação de milhares de pessoas no evento. Afirmou que a organização mantém mais de 1.100 famílias missionárias no Brasil e no exterior e mencionou a atuação social desenvolvida pelo grupo, com ênfase em ações no Amazonas. Também relatou que o encontro contou com ministrantes e atividades voltadas a temas sociais e religiosos, que abordaram perspectivas sobre o desenvolvimento do País em diferentes áreas.

**Bebeto (PP - RJ)** - O Deputado tratou de questões de mobilidade urbana no Rio de Janeiro (RJ) e relatou iniciativas voltadas à melhoria de rodovias e da infraestrutura viária. Mencionou audiência pública sobre a Rodovia 393 e avanços em investimentos após diálogo com o Ministério dos Transportes. Destacou preocupações com a Avenida Presidente Dutra, especialmente no trecho da Baixada Fluminense, afetado por congestionamentos diários que impactam cidades como São João de Meriti (RJ), Belford Roxo (RJ) e Nova Iguaçu (RJ). Informou que acompanha obras de duplicação e a construção de viaduto entre a Linha Vermelha e a Dutra, cuja execução estaria paralisada por interferência de uma torre de energia, pertencente à Light.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado registrou a manifestação do Presidente Lula sobre a prisão do brasileiro Thiago Ávila e do ativista Saif Abukeshek, detidos por Israel durante a participação na Flotilha Global Sumud,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

missão humanitária que buscava levar ajuda à Faixa de Gaza. Relatou que os ativistas foram capturados em águas internacionais e que outros integrantes da flotilha foram deportados, enquanto ambos permaneceram sob detenção preventiva prorrogada pela Justiça israelense. Citou denúncias de violações de direitos humanos e destacou posições do Governo espanhol e de organizações internacionais pela libertação dos detidos. Também criticou a atuação militar na região e afirmou que o caso gerou pressão diplomática entre Brasil e Espanha.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado afirmou que reagiu a declarações de um Parlamentar religioso que defendeu aproximação do Brasil com o Irã. Citou números sobre execuções no Irã e criticou essa posição durante o debate. Também declarou que o Presidente Lula não teria emitido manifestação oficial sobre a morte de quatro brasileiros assassinados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, mencionando os nomes das vítimas. Comparou diferentes respostas do Governo federal a episódios internacionais envolvendo cidadãos brasileiros e questionou a coerência dessas manifestações públicas. Tratou de política externa, direitos humanos e posicionamentos do Executivo em casos internacionais recentes.

**Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA)** - O Deputado tratou da redução da maioria penal. Afirmou que a questão voltou a ser discutida e defendeu a retomada da análise do tema pelo Congresso. Mencionou casos de crimes cometidos por adolescentes para sustentar a necessidade de mudanças na legislação e criticou a permanência de propostas sem avanço no Senado Federal. Também relacionou a discussão à pauta de segurança pública e cobrou maior celeridade na tramitação de propostas legislativas.

**Hugo Leal (PSD - RJ)** - O Deputado voltou a alertar sobre a ADI 4.917, de 2012, que questionou a Lei 12.734, de 2012, sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Recordou debates iniciados em 2012 e disse que alertas sobre impactos constitucionais e federativos foram ignorados pelo Congresso. Afirmou que a disputa envolveu a redistribuição de receitas do petróleo, com previsão de perdas de cerca de R\$ 21 bilhões anuais para o Estado do Rio de Janeiro, com reflexos em áreas como saúde, educação e segurança. Destacou que os royalties seriam compensação prevista na Constituição e afirmou acompanhar o julgamento no Supremo Tribunal Federal, defendendo segurança jurídica e cumprimento de contratos federativos.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou a importância da campanha Maio Amarelo, voltada à educação no trânsito e à redução de acidentes no Brasil. Relatou o aumento de ocorrências em cidades do interior da Bahia, incluindo Guanambi, e mencionou ações locais de conscientização promovidas pela Guarda Municipal de Trânsito. Defendeu maior investimento em mobilidade urbana e a inclusão da educação para o trânsito nas escolas. Também registrou preocupação com mudanças anunciadas por companhia aérea, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

substituiria aeronaves por modelos de menor capacidade em rotas regionais, e criticou os impactos nos preços das passagens e na conectividade aérea de Municípios do interior baiano.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado relatou um caso de violência envolvendo duas crianças em São Paulo, vítimas de estupro cometido por quatro adolescentes e um adulto. Afirmou que os autores teriam registrado o crime em vídeo e citou a sensação de impunidade associada a delitos praticados por menores de idade. Defendeu a retomada do debate sobre a redução da maioridade penal no Congresso Nacional para crimes considerados graves. Também mencionou um caso anterior envolvendo adolescente que cumpriu medida socioeducativa e foi liberado após três anos. Criticou a ausência de manifestação do Governo federal em relação ao episódio citado e comparou reações públicas a diferentes casos.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado afirmou que o Governo Federal e o Governo do Rio Grande do Norte, sob gestão do PT, teriam adotado práticas baseadas em narrativas e promessas não executadas. Citou atrasos e paralisações de obras vinculadas ao PAC no Estado, incluindo a Reta Tabajara, e atribuiu problemas à retirada de recursos em anos anteriores. Também mencionou iniciativas recentes apresentadas como projetos em articulação, com críticas ao estágio de execução e planejamento. Destacou questões de segurança pública em Mossoró (RN) e apontou dificuldades operacionais enfrentadas por policiais. Ao final, defendeu a priorização de obras de mobilidade urbana em Parnamirim (RN) e registrou posicionamento em defesa das Forças Armadas e do Exército brasileiro.

**Fernanda Pessoa (PSD - CE)** - A Deputada defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que Regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal. Afirmou que a categoria atua na linha de frente da atenção básica, realizando visitas domiciliares e enfrentando condições adversas para prevenção de doenças e promoção da saúde. Destacou que o projeto buscava reconhecer a exposição contínua a riscos e garantir direitos previdenciários após anos de serviço. Também mencionou que há requerimentos de urgência e pedidos de inclusão na pauta legislativa, e registrou expectativa de avanço da proposta na Câmara dos Deputados como forma de valorização dos profissionais da área.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou declaração do Presidente Lula sobre endividamento e associou o Programa Desenrola 2.0 ao aumento de devedores no País. Além disso, apontou crescimento do número de brasileiros endividados e questionou a proposta de redução da jornada de trabalho. Também atribuiu dificuldades econômicas à baixa remuneração e à elevada carga tributária, comparando o Brasil a outros países e destacando impactos de impostos sobre consumo e emprego.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada alertou para o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4.917) pelo STF, que questiona a Lei nº 12.734, de 2012, sobre a redistribuição dos *royalties* do petróleo. Assim, argumentou que a medida poderia gerar desequilíbrio federativo ao reduzir receitas de Estados produtores, como o Rio de Janeiro, que enfrentaria perdas bilionárias. Além disso, ressaltou que *royalties* constituem compensação pela exploração de recursos naturais e destacou impactos econômicos e fiscais, com risco de colapso em serviços públicos estaduais e municipais. Por fim, defendeu justiça federativa e a manutenção de recursos para o Estado.

**Any Ortiz (PP - RS)** - A Deputada registrou a presença do Vice-Prefeito de Alvorada (RS), Valmor de Freitas, e destacou ações da gestão municipal. Assim, informou investimento de 43 milhões de reais na principal avenida da cidade, com impacto esperado na mobilidade urbana e no transporte público.

**Paulo Magalhães (PSD - BA)** - O Deputado abordou a alta dos preços do petróleo e seus impactos nos combustíveis, com destaque para a situação da Bahia. Assim, defendeu a reestatização da Refinaria Landulpho Alves, argumentando que a medida permitiria maior controle sobre os preços e beneficiaria a população. Além disso, afirmou que a refinaria representa um ativo estratégico para o Estado e o Nordeste. Por fim, declarou apoio ao Governo Federal e manifestou expectativa de que o Presidente Lula avalie a proposta.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado criticou a derrubada do veto presidencial ao projeto da dosimetria, ao afirmar que a medida resultou em um texto juridicamente inválido. Assim, sustentou que houve irregularidade no procedimento adotado pelo Congresso, com alteração indevida do conteúdo durante a análise do veto. Além disso, declarou que o PT acionou a Justiça para contestar a decisão, sob o argumento de inconstitucionalidade. Por fim, associou o projeto a riscos de impunidade e afirmou que a proposta não se sustentaria no ordenamento jurídico.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado criticou posicionamentos do PT sobre anistia, ao afirmar que a esquerda já teria sido beneficiada por medidas semelhantes no passado. Assim, avaliou que decisões recentes do Congresso, como a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal e a derrubada do veto presidencial à dosimetria, representaram resposta às demandas da população. Além disso, relatou percepção de apoio popular às medidas e expectativa de reequilíbrio entre os Poderes. Por fim, contestou críticas ao projeto e defendeu sua futura promulgação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado saudou o lançamento do programa Desenrola 2.0, pelo Governo do Presidente Lula, voltado à renegociação de dívidas de aproximadamente 50 milhões de brasileiros. Além disso, destacou a ampliação do público-alvo para trabalhadores com renda de até cinco salários mínimos, a desnegativação de devedores com dívidas de até 100 reais e a estruturação do programa em quatro categorias: Desenrola Famílias, Desenrola FIES, Desenrola Rural e Desenrola Empresas. Por fim, parabenizou o Presidente Lula e o Ministro da Fazenda pela iniciativa.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado criticou a elevada taxa de juros no País, ao apontar impactos negativos sobre o endividamento da população e a atividade econômica. Assim, afirmou que a taxa de 14,5% dificultava o crédito e penalizava trabalhadores, além de destacar o custo do serviço da dívida, estimado em 1 trilhão 180 bilhões de reais. Ademais, mencionou juros de até 450% ao ano no crédito rotativo e avaliou que a política do Banco Central favorecia o mercado financeiro. Por fim, reconheceu medidas como o Desenrola e o fim do crédito consignado no cartão, mas defendeu ações mais amplas para enfrentar o problema.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado celebrou a decisão do Governo do Presidente Lula de anular 3 milhões e 400 mil multas do sistema *free flow*, resultado de luta travada há mais de um ano na tribuna. Ressaltou que, só no Rio Grande do Sul, foram aplicadas mais de 1 milhão e 200 mil multas em seis Municípios, e apresentou três projetos de lei sobre o tema: o PL nº 752, de 2025, para perdoar as multas; o PL nº 1.241, de 2025, para transferi-las ao IPVA sem penalidade; e o PL nº 987, de 2026, para extinguir o *free flow*. Por fim, defendeu que a solução definitiva é o fim das multas do sistema, com eventual cobrança incorporada ao IPVA.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado defendeu o municipalismo e criticou declaração do ex-Governador Paulo Hartung, que classificou a transferência de recursos aos Municípios como "bobagem". Argumentou que os convênios são instrumentos essenciais para levar água, energia e infraestrutura às comunidades locais, e que desconsiderar essa realidade revela desconhecimento do Brasil real. Além disso, elogiou os Governos de Renato Casagrande e Ricardo Ferraço como exemplos de gestão municipalista no Espírito Santo e alertou os capixabas sobre o risco de retorno de grupos políticos contrários à distribuição de recursos para os Municípios.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado rebateu vídeo do ex-Governador Cláudio Castro, que reagiu a declarações anteriores sobre responsabilidades políticas pela crise no Rio de Janeiro. Apontou o ex-Governador como o mais corrupto da história do Estado e associou o Governo de Castro a um esquema de corrupção na Fundação Ceperj, com mais de 27 mil funcionários fantasmas. Além disso, assinalou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

irregularidades em diversas secretarias do Governo anterior, incluindo a Secretaria de Educação, e mencionou a prisão do Deputado Estadual Thiago Rangel pela Polícia Federal. Por fim, defendeu a própria integridade e desafiou o ex-Governador a apresentar provas de corrupção contra a sua pessoa.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado convidou os capixabas e demais brasileiros para o Festival de Inverno de Guaçuí (ES), a realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de junho, durante o feriado de Corpus Christi, na cidade de Guaçuí, no Caparaó capixaba, com atrações nacionais.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado criticou Sérgio Moro, pré-candidato ao Governo do Paraná, apontando contradições entre o discurso moralista e as escolhas políticas do ex-juiz. Assinalou que Moro, após condenar o ex-Presidente Lula sem provas e integrar o Governo Bolsonaro, filiou-se ao PL, partido que anteriormente associava à corrupção. Além disso, reprovou o voto de Moro pela derrubada do veto presidencial que, segundo a Folha de S.Paulo, poderia liberar duzentos mil presos, e responsabilizou a Operação Lava-Jato pelo suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, acusado sem que nada fosse provado. Por fim, previu derrota eleitoral de Moro nas eleições para o Governo do Estado e concluiu que discurso sem ação não basta na política.

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado saudou a delegação de Jequié (BA) presente à Câmara dos Deputados, composta por Vereadores, pelo coordenador da Santa Casa e pelo presidente do sindicato rural Erivã Ribeiro, para tratar da 22ª Expo Nacional e da 45ª Exposição de Jequié, a partir de 23 de maio.

**Any Ortiz (PP - RS)** - A Deputada defendeu a redução da maioria penal após caso de estupro coletivo de duas crianças praticado por um adulto e quatro adolescentes. Citou pesquisa que apontou 90% dos brasileiros favoráveis à medida e questionou a omissão da Casa diante do tema. Argumentou que medidas socioeducativas são insuficientes para crimes hediondos praticados com extrema violência, comparando o sistema atual a uma porta giratória. Além disso, mencionou que países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Japão já responsabilizam criminosos dessa natureza como adultos. Por fim, cobrou do Parlamento o enfrentamento da questão e a revisão da legislação vigente.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado alertou para a gravidade da violência contra a mulher no Brasil, citando dados que apontaram a ocorrência de um feminicídio a cada 5 horas e 25 minutos no primeiro trimestre do ano. Atribuiu o agravamento do problema ao machismo estrutural e ao discurso de ódio disseminado por líderes misóginos. Além disso, criticou a derrubada do veto presidencial ao projeto de lei da dosimetria, assinalando que a medida abriu a possibilidade de anistia a cerca de 200 mil criminosos, entre os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

quais feminicidas, estupradores, pedófilos e traficantes, conforme amplamente noticiado pela imprensa e apontado por juristas do País.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado manifestou preocupação com o julgamento definitivo marcado para o dia seguinte sobre a Lei nº 12.734, de 2012, que alterou a distribuição dos *royalties* de petróleo. Argumentou que a lei é prejudicial ao Rio de Janeiro, pois redistribui recursos que compensam os riscos ambientais suportados pelo Estado para outros entes que não produzem petróleo nem sofrem impactos ambientais. Por fim, alertou que uma decisão contrária ao Rio de Janeiro poderia levar o Estado à falência.

**Dr. Zacharias Calil (MDB - GO)** - O Deputado criticou auditoria do Tribunal de Contas da União que apontou o descarte de milhões de doses da vacina Coronavac após o vencimento, gerando prejuízo estimado de quase 300 milhões de reais aos cofres públicos. Destacou que aproximadamente 10 milhões de doses foram adquiridas, mas a grande maioria não chegou ao braço do cidadão, sendo incinerada por falhas de planejamento, logística e execução. Apontou contradição entre o discurso de rigor e eficiência do atual Governo e a prática de desorganização e desperdício. Por fim, cobrou respostas sobre as decisões que levaram ao problema, reafirmou o dever do Parlamento de fiscalizar e defendeu uma política de saúde séria e comprometida com o respeito ao dinheiro do contribuinte.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada relatou participação em encontro internacional realizado em Santa Marta, na Colômbia, voltado ao debate sobre a redução da dependência de combustíveis fósseis. Assim, destacou que mais de 57 países assumiram compromisso com a elaboração de estratégias de transição energética e diversificação econômica. Além disso, apontou impactos geopolíticos e climáticos associados à dependência dessas fontes de energia, com menção aos efeitos da guerra envolvendo Irã e Estados Unidos. Por fim, afirmou que o Brasil tem atuado na formulação de um “Mapa do Caminho” para a transição energética, sob orientação do Presidente Lula, e elogiou representantes brasileiros e colombianos envolvidos na agenda climática da COP 30.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou o lançamento do programa Desenrola 2.0 pelo Governo Federal e afirmou que a iniciativa buscava auxiliar famílias endividadadas em razão dos juros altos e das apostas *on-line*. Assim, explicou que o programa atenderia pessoas com renda de até 5 salários mínimos, além de empresas, agricultores e beneficiários do Fies, com renegociação de dívidas a juros de até 1,99% e descontos de até 90% sobre o valor principal. Ademais, manifestou apoio à medida e criticou o impacto das *bets* no aumento do endividamento das famílias brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Daiana Santos (PCdoB - RS)** - A Deputada relatou visita realizada à Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre (RS). Ressaltou a organização do espaço, que encaminha trabalhadores pela rede de saúde mental e promove reinserção social com dignidade, geração de emprego e renda. Além disso, nomeou os responsáveis pela gestão do local, a coordenadora Luciana e o psicólogo Alexandre, elogiando o trabalho de ambos. Encerrou defendendo a luta por saúde mental, qualidade de vida e um Sistema Único de Saúde (SUS) robusto, capaz de atender às necessidades da população, classificando o centro como um exemplo de que a saúde pública pode oferecer caminhos concretos de ressocialização com qualidade.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e trata da regulamentação de minerais estratégicos e terras raras no Brasil. Ressaltou o papel central desses recursos para tecnologias modernas, como baterias, veículos elétricos e energia limpa, e destacou o potencial da região Sudoeste da Bahia na exploração de minerais como lítio, vanádio e níquel, enxergando na matéria uma oportunidade concreta de geração de emprego e desenvolvimento regional. Além disso, fez um apelo para que o avanço econômico seja acompanhado de responsabilidade ambiental, segurança jurídica e respeito às comunidades tradicionais que habitam as regiões de exploração, defendendo que as riquezas extraídas do subsolo revertam em benefícios reais para a população local, como investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Encerrou com um alerta sobre soberania nacional, relatando ter tomado conhecimento de que uma empresa que já explorava minerais estratégicos em Goiás desde 2024 foi adquirida pelos Estados Unidos, e clamando atenção redobrada do Congresso para evitar que riquezas estratégicas brasileiras passem ao controle estrangeiro.

**Daniel Almeida (PCdoB - BA)** - O Deputado relatou sua participação na abertura do Programa de Governo Participativo (PGP), iniciativa do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, realizada na cidade de Irecê (BA). Descreveu o evento como um grande encontro, com ampla participação presencial e virtual de lideranças, Prefeitos, Deputados, Vereadores e representantes da sociedade civil, todos mobilizados para contribuir com a elaboração do programa de Governo para a reeleição do Governador. Destacou que o método já havia sido utilizado na campanha anterior e que o evento também serviu como espaço de prestação de contas, com balanço das ações do programa de 2022, todas cumpridas ou em execução. Além disso, informou que o programa seguiria percorrendo outros territórios da Bahia, com etapa já realizada no Município de Seabra (BA), na Chapada Diamantina. Encerrou elogiando a iniciativa como um marco democrático e expressando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

confiança na continuidade e no crescimento do processo, exaltando a relação entre o Governo Estadual, o Governo Federal e a sociedade baiana.

**Vinicius Carvalho (PL - SP)** - O Deputado tratou do tema da segurança de crianças e adolescentes, tomando como ponto de partida o caso de estupro de duas crianças de 7 e 10 anos em São Paulo (SP), supostamente cometido por adolescentes. Argumentou que a impunidade decorrente da inimputabilidade penal dos menores encoraja a prática de crimes bárbaros, e criticou a omissão do Congresso Nacional diante do problema. Na oportunidade, mencionou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2015, que altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioridade civil e penal aos dezesseis anos de idade; e o Projeto de Lei nº 5.325, de 2025, que altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a aplicação do acordo de não persecução penal aos crimes de pornografia infantil. Encerrou cobrando do Presidente da Casa maior empenho para pautar a PEC de redução da maioridade penal, com crítica implícita à seletividade na condução da pauta legislativa.

**Luciano Vieira (PSDB - RJ)** - O Deputado registrou o envio de emenda parlamentar destinada ao Município de Mangaratiba (RJ), na área da saúde, atendendo ao pedido do Vereador Daniel Vasconcellos. Na oportunidade, prestou homenagem à gestão municipal, elogiando o trabalho do Vereador, do Secretário de Saúde, do Vice-Prefeito e do Prefeito Luiz Cláudio, e justificou o recurso pela necessidade da população local.

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado cobrou a definição urgente de uma data para Sessão Conjunta do Congresso Nacional, lembrando que há mais de 73 vetos pendentes de deliberação. Deu ênfase ao Veto nº 1, de 2026, que incide sobre o Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, que altera o Decreto-Lei n. 667, de 1969, para regradar, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. Criticou o veto do Presidente da República e ressaltou a mobilização de milhares de concurseiros que aguardam a derrubada do veto para ter garantido o direito de participar dos processos seletivos dessas carreiras. Por fim, reforçou o apelo para que a Mesa do Congresso estabeleça a data da Sessão Conjunta.

**José Rocha (UNIÃO - BA)** - O Deputado defendeu proposição que propõe a integração do ensino médio à formação técnica profissionalizante, conectando o debate à discussão em curso sobre a escala 6x1. Argumentou que o aumento de produtividade pretendido pela Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6x1, só será viável



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

com maior qualificação da mão de obra; e que sua proposta reduziria a evasão escolar, ampliaria a empregabilidade dos jovens e não fecharia as portas para o ensino superior; pelo contrário, permitiria ao jovem ingressar no mercado de trabalho e custear a própria faculdade. Citou os exemplos da Coreia do Sul e da Finlândia como referências de países que se desenvolveram por meio da educação técnica. Em seguida, fez um registro cultural para homenagear a Carreata de Carro de Boi realizada anualmente no Município de Coribe (BA), que carinhosamente chama de "a Capital do mundo". Destacou a participação de 73 carros de boi, cada um com temática própria, e elogiou a organizadora do evento, Maria José, pela dedicação e liderança. Por fim, registrou a presença de autoridades locais, incluindo Prefeitos de Municípios vizinhos, Deputado Estadual e a comunidade em geral, ressaltando o valor cultural do evento como resgate de uma tradição histórica ligada ao transporte de produtos pelos produtores rurais da região.

**Cleber Verde (MDB - MA)** - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 4.262, de 2023, que altera a Lei nº 5.517, de 1968, para instituir o Exame de Habilitação Profissional em Medicina Veterinária. Argumentou que a medicina veterinária é também uma questão de saúde pública, e que a avaliação dos egressos é fundamental para garantir que os profissionais estejam de fato aptos ao exercício da profissão antes de ingressarem no mercado de trabalho. Prestou homenagem ao autor do projeto, Deputado Marcelo Queiroz, destacou que a aprovação se deu por acordo, e registrou a presença da Dra. Ana, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), acompanhada de representantes de todos os Estados brasileiros, que acompanharam e celebraram o resultado. Por fim, informou que o projeto seguirá para o Senado, com expectativa de rápida sanção presidencial.

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 5.744, de 2023, que altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), bem como o art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de homicídio e de lesão corporal contra integrante da Segurança Privada, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição. Apresentou os três eixos objetivos do projeto: o endurecimento das penas para homicídio e lesão corporal praticados contra vigilantes; o reconhecimento de que o crime pode ocorrer no exercício da função ou em razão dela; e a extensão da proteção aos familiares dos profissionais até o segundo grau. Além disso, destacou os efeitos práticos esperados, como maior tempo de prisão, redução de benefícios penais e tratamento próximo ao dispensado aos crimes hediondos, com ênfase no efeito dissuasório sobre a criminalidade. Além disso, registrou a origem popular da iniciativa, mencionando o Conselho Nacional da Segurança Privada (CONASEP) e seu representante, o Sr. Alan. Encerrou com apelo direto aos Parlamentares para que votassem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

favoravelmente ao projeto, enquadrando a votação como uma escolha entre proteger quem trabalha e arrisca a vida ou silenciar diante da violência contra esses profissionais.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado cobrou a efetiva implementação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, aprovado pela Câmara dos Deputados. Criticou o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por não terem, após seis meses da aprovação, tornado públicos os nomes dos condenados por crimes de pedofilia, estupro e predação sexual, contrariando o que, segundo ele, foi o espírito da lei aprovada com amplo apoio popular. Interpretou a omissão como uma mensagem de impunidade aos agressores e levantou, em tom de questionamento, a hipótese de que a resistência à publicidade do cadastro poderia estar relacionada ao fato de que pessoas de posições privilegiadas, como desembargadores, juízes e políticos, figurariam entre os condenados. Encerrou com apelo direto ao Presidente Lula, exigindo que ele determine ao Ministério da Justiça a plena implementação do cadastro, e advertindo que, caso isso não ocorra, o responsabilizará publicamente pela omissão, ao mesmo tempo em que demonstrou acreditar que o Presidente, como pai, avô e marido, não compactua com a situação denunciada.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado defendeu a Medida Provisória nº 1.355, de 2026, que institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias (Novo Desenrola Brasil), enviada pelo Presidente Lula, apresentando-a como uma resposta necessária ao endividamento crescente das famílias brasileiras. Argumentou que o problema do endividamento decorre, em parte, da facilidade de acesso ao crédito, por bancos, *fintechs* e empréstimos consignados, com juros elevados, que comprometeram o orçamento de famílias que ascenderam de classe e buscaram melhorar suas condições de vida. Explicou os principais pontos da medida: a possibilidade de renegociação de dívidas com juros de até 1,99% ao mês, voltada a trabalhadores com renda de até R\$ 8 mil, abrangendo tanto o meio urbano quanto o rural, com o objetivo de permitir que os endividados limpem o nome e saiam do cadastro de inadimplentes. Mencionou ainda uma restrição prevista no projeto: quem pratica jogos e aderir ao Desenrola ficará impedido de jogar por pelo menos um ano. Por fim, informou que a medida provisória seria votada em breve pela Câmara e encerrou exaltando a iniciativa como extraordinária e benevolente, com potencial de beneficiar milhões de famílias brasileiras.

**Daniel Almeida (PCdoB - BA)** - O Deputado relatou sua participação no Programa de Governo Participativo (PGP) da Bahia, realizado no Município de Seabra (BA), no território da Chapada Diamantina. Apresentou o programa como um método democrático de elaboração do plano de Governo, fundamentado na escuta direta da população por meio de plenárias, assembleias e participação virtual, com milhares de propostas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

coletadas. Destacou que a mesma metodologia foi utilizada na campanha do Governador Jerônimo em 2022 e que, nas assembleias atuais, ficou demonstrado que as propostas elaboradas coletivamente naquela ocasião foram executadas ou estão em execução. Saudou lideranças presentes ao encontro, entre elas o Prefeito Neto da Pousada, a Prefeita Vanessa de Lençóis, Presidente do consórcio regional, e o Presidente da União dos Municípios da Bahia, Wilson Cardoso, de Andaraí (BA). Ressaltou que o programa está alinhado ao projeto nacional do Presidente Lula e que respeita a decisão democrática dos Municípios, independentemente da filiação partidária dos Prefeitos. Por fim, informou a próxima etapa em Feira de Santana (BA), percorrendo os 27 territórios da Bahia até o início de julho, quando entrará na fase de conclusão.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada defendeu a coexistência entre a educação inclusiva nas escolas públicas e as instituições de ensino especializadas, como Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e Pestalozzis, traçando um paralelo com o Sistema Único de Saúde (SUS). Criticou o que chamou de "fingir inclusão", questionando a viabilidade de atender adequadamente um grande número de alunos com necessidades especiais em salas regulares sem estrutura suficiente, e destacou a sobrecarga dos professores regentes e a necessidade de monitores qualificados para suporte pedagógico. Relatou que um decreto legislativo gerou confusão e levou essas instituições a paralisarem suas inscrições em todo o Brasil, situação revertida com a atuação do Parlamento e do Ministério da Educação, mas alertou que a matéria voltou a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), manifestando preocupação com retrocessos. Encerrou defendendo que a decisão sobre a forma de educação do filho deve ser da mãe, não da lei, e reafirmando a importância das escolas especializadas como suporte indispensável no contraturno para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada descreveu o andamento do grupo de trabalho que discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6 por 1. Na oportunidade, manifestou otimismo com a possibilidade de votação até o fim do mês. Informou que o Relator, Deputado Leo Prates, apresentou uma programação de seminários a serem realizados em diversas regiões do País, seguida de um período para análise do relatório. Aproveitou para rebater o argumento de que a redução da jornada de trabalho implicaria queda de produtividade, defendendo que a produtividade não depende exclusivamente do trabalhador, mas também dos investimentos dos empregadores e de uma política econômica nacional voltada à agregação de valor, tecnologia e inovação. Encerrou reafirmando seu apoio à aprovação da PEC, destacando especialmente os benefícios para as mulheres inseridas no mercado de trabalho, que poderiam dedicar mais tempo aos filhos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

à própria qualidade de vida, e contextualizando a iniciativa como um avanço histórico, 38 anos após a fixação das 44 horas semanais de trabalho na Constituição Federal.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada criticou Flávio Bolsonaro e a seus aliados políticos no Rio de Janeiro, apresentando uma série de casos que, segundo ela, evidenciam a mistura entre crime e política no Estado. Citou o esquema da rachadinha, com movimentação de R\$ 1,2 milhão na conta do assessor Fabrício Queiroz, considerada atípica pelo Ministério Público, além da relação de Flávio Bolsonaro com Adriano da Nóbrega, apontado como chefe do Escritório do Crime, e a nomeação de familiares de milicianos em seu gabinete. Mencionou ainda o escândalo da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), com R\$ 220 milhões movimentados em dinheiro vivo e mais de 20 mil funcionários fantasmas, envolvendo aliados como o ex-Governador Cláudio Castro e o ex-Vice-Governador Thiago Pampolha. Acrescentou os casos do ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar e do ex-Deputado TH Joias, ambos presos e acusados de relações com o Comando Vermelho, e a prisão recente de Thiago Rangel, acusado de superfaturamento em obras na educação, todos apresentados como aliados de Flávio Bolsonaro. Encerrou com apelo eleitoral, convocando o Rio de Janeiro e o Brasil a escolherem, nas eleições do ano, entre o que classificou como um passado marcado por corrupção, milícia e crime organizado, representado por Flávio Bolsonaro, e um futuro de cuidado com o País e as famílias brasileiras.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado defendeu a regulamentação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal, em resposta à presença de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias em Brasília (DF) para reivindicar o avanço da matéria. Destacou a importância desses profissionais para o Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando seu papel como porta de entrada do sistema público de saúde e sua atuação direta junto às populações mais vulneráveis, especialmente nas periferias urbanas, zonas rurais e Municípios menores do interior do Nordeste, onde realizam visitas domiciliares. Por fim, reafirmou seu compromisso com a valorização dos profissionais da saúde e conclamou o Presidente da Câmara, Hugo Motta, a articular com o Colégio de Líderes e o Ministério do Planejamento e Orçamento a regulamentação do projeto.

**Luiz Carlos Motta (PL - SP)** - O Deputado descreveu sua participação na 5ª edição do 1º de Maio dos Comerciantes do Estado de São Paulo, realizada no Complexo Eco, em Avaré (SP), mantido pela Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo. Descreveu o evento como o maior 1º de Maio do Brasil reunindo trabalhadores de uma única categoria em um único local, com a presença de mais de 4 mil comerciantes e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

práticos de farmácia representantes dos 72 sindicatos filiados à federação. Informou que, por unanimidade, os trabalhadores aprovaram doze deliberações em torno de pautas como emprego, salário, saúde, segurança, direitos e a redução da jornada para 40 horas semanais, e comprometeu-se a dar os devidos encaminhamentos a essas deliberações na Câmara dos Deputados. Destacou o clima festivo e patriótico do evento, cujo tema foi "A Vitória Vem do Trabalho", com as cores verde e amarela estampadas nas camisetas dos participantes, simbolizando tanto a unidade nacional quanto o apoio aos direitos trabalhistas e à seleção brasileira na Copa do Mundo. Encerrou parabenizando a Presidente em exercício da Fecomercários, Márcia Caldas, e os organizadores do evento.

**Marcelo Queiroz (PSDB - RJ)** - O Deputado celebrou a aprovação, em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 4.262, de 2023, que altera a Lei nº 5.517, de 1968, para instituir o Exame de Habilitação Profissional em Medicina Veterinária, medida inédita e voltada à valorização da qualidade da categoria, que seguirá para apreciação do Senado Federal. Na oportunidade, celebrou também a aprovação da equiparação salarial dos zootecnistas aos médicos veterinários, com apoio da Associação dos Zootecnistas do Brasil. Por fim, prestou homenagem ao Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e a representantes do setor, estendendo os cumprimentos à bancada dos defensores dos animais e conclamando todos a trabalharem pela aprovação da matéria no Senado.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado denunciou o arquivamento de 307 mil processos contra homens acusados de violência doméstica no Brasil, em razão da morosidade do sistema judicial. Manifestou indignação com o dado, questionando a efetividade das leis aprovadas pelo Parlamento para proteger as mulheres diante de um sistema judiciário que, na sua avaliação, trabalha contra as próprias vítimas. Além disso, destacou o impacto psicológico e físico sofrido pelas mulheres que aguardam a resolução de seus casos enquanto os agressores permanecem em liberdade, alertando para o risco concreto de reincidência e de desfechos fatais. Encerrou com um questionamento sobre a responsabilidade institucional nos casos em que a lentidão da Justiça contribui para a morte de mulheres vítimas de violência.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada registrou a visita de Presidentes de sindicatos patronais do Estado de São Paulo filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), representando setores variados do comércio varejista e atacadista de diversas cidades paulistas, como Taubaté (SP), Barretos (SP), Itararé (SP), Matão (SP) e Itapetininga (SP). Destacou a importância da presença do setor produtivo na Câmara para debater temas como escala de trabalho e Simples Nacional, e informou que a comitiva teria reunião com o Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta. Encerrou com agradecimentos e elogios ao setor produtivo de São Paulo, ressaltando seu papel na geração de riqueza e empregos no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado analisou o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), cria o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral e dispõe sobre diretrizes para o setor. Avaliou que a proposta apresentava pontos positivos, mas carecia de maior debate no Parlamento. Ademais, destacou que o Brasil mantinha um histórico de exportação de matéria-prima, o que limitava a independência econômica. Nesse sentido, defendeu a criação de empresa pública para exploração de terras raras, citando referências como Petrobras e Cemig e mencionando sugestões como a proposta da empresa TerraBras. Por fim, questionou o repasse de recursos públicos a empresas e afirmou que a exploração mineral deveria atender ao desenvolvimento nacional.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada abordou o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Lei dos Royalties do Petróleo, que redefine a distribuição entre Estados e estava suspensa por decisão liminar. Além disso, afirmou que os *royalties* constituem compensação pelos impactos ambientais suportados pelos Estados produtores, e não benefício fiscal. Ademais, explicou que a mudança legislativa desconsiderou efeitos econômicos regionais. Nesse contexto, alertou que o Estado do Rio de Janeiro enfrentaria perdas bilionárias e redução significativa de empregos, com impactos em diversos Municípios. Por fim, realizou apelo ao STF para reconhecer a inconstitucionalidade da norma, argumentando que a proposta não considerou a natureza compensatória dos *royalties*.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado relatou a crise enfrentada pelo setor agropecuário, associando prejuízos a fatores climáticos e à elevação de custos decorrentes de conflitos internacionais. Além disso, destacou o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que trata do alongamento de dívidas de produtores rurais e prevê apoio financeiro ao setor, ainda em análise no Senado. Ademais, informou que o texto propôs destinação de recursos do Fundo Social e condições diferenciadas de pagamento, mas apontou que os valores seriam insuficientes diante da demanda. Nesse contexto, criticou a proposta do Governo Federal por considerar prazos e condições inadequados. Por fim, defendeu a aprovação do projeto para garantir suporte aos agricultores e preservar a produção nacional.

**Alfredinho (PT - SP)** - O Deputado celebrou a definição de calendário para votação da proposta sobre o fim da jornada 6 por 1 no Plenário, destacando a instalação de Comissão Especial e a apresentação do plano de trabalho com audiências e prazos definidos. Além disso, lembrou que a Constituição de 1988 reduziu a jornada semanal para 44 horas, sem novas reduções desde então. Ademais, defendeu que a mudança pode ampliar empregos e oportunidades, ao exigir reorganização produtiva. Nesse contexto, contestou argumentos de aumento de custos e desemprego, atribuindo a perda de postos de trabalho à automatização e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

robotização industrial. Por fim, afirmou que a medida pode representar avanço histórico nas relações de trabalho.

**Paulo Lemos (PT - AP)** - O Deputado registrou a celebração do aniversário de cinco Municípios do Estado do Amapá no dia 1º de maio, destacando Porto Grande (AP), Pedra Branca do Amapari (AP), Cutias do Araguari (AP), Pracuúba (AP) e Itaubal (AP). Além disso, descreveu características econômicas e geográficas dessas localidades, com ênfase na produção agrícola, pecuária, mineração e pesca. Ademais, ressaltou avanços recentes decorrentes de ações do Governo Estadual, com apoio da bancada federal por meio de emendas impositivas. Nesse contexto, afirmou que investimentos em infraestrutura, educação e mobilidade têm contribuído para melhorias na qualidade de vida. Por fim, reconheceu a parceria institucional como fator relevante para o desenvolvimento regional.

**Luiz Carlos Haully (PODE - PR)** - O Deputado analisou o cenário econômico nacional, destacando o elevado custo dos juros pagos pelo Governo, empresas e famílias. Além disso, afirmou que esses encargos são repassados aos consumidores por meio dos preços finais, somados à carga tributária. Ademais, criticou o nível de endividamento da população, apontando que grande parte das dívidas decorre de juros acumulados. Nesse contexto, abordou o programa Desenrola 2, que visa renegociar débitos, mas avaliou que a iniciativa não enfrenta a raiz do problema. Por fim, alertou as famílias endividadadas sobre as condições de renegociação e atribuiu ao modelo econômico vigente a responsabilidade pelo aumento da dívida no País.

**Henderson Pinto (UNIÃO - PA)** - O Deputado registrou a visita de familiares ao Parlamento, destacando a presença de sua esposa, filha e netos em momento simbólico na Casa. Ademais, aproveitou a ocasião para homenagear o Dia das Mães, reconhecendo o papel das mães no contexto social. Nesse sentido, expressou satisfação pessoal pela presença dos familiares e reforçou a valorização da instituição familiar. Por fim, defendeu a continuidade de ações voltadas à proteção e fortalecimento da família no Brasil.

**Gabriel Nunes (PSD - BA)** - O Deputado destacou mobilização de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias em Brasília, em defesa do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que trata da concessão de aposentadoria especial para essas categorias. Além disso, informou que a proposta já foi aprovada no Senado e aguarda inclusão na pauta da Câmara dos Deputados. Ademais, ressaltou a relevância desses profissionais na prevenção de doenças e no atendimento às populações mais vulneráveis. Nesse contexto, afirmou que esses trabalhadores atuam como base da atenção primária em diversas regiões do País. Por fim, realizou apelo à Presidência da Casa para viabilizar a votação da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado abordou debates sobre o uso de banheiros por pessoas trans, mencionando episódios divulgados nas redes sociais envolvendo conflitos e constrangimentos. Além disso, citou decisão do Supremo Tribunal Federal de 2018, que permite a alteração de nome e gênero por autodeclaração, sem exigência de laudos ou cirurgia. Ademais, afirmou que essa mudança legal teria impactos em situações cotidianas, especialmente em espaços compartilhados. Nesse contexto, relatou preocupação com a privacidade de mulheres e criticou posicionamentos que não consideram esse aspecto. Por fim, declarou que sua manifestação teve como objetivo defender direitos relacionados à intimidade em ambientes públicos.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada manifestou preocupação com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação relativa à mudança na distribuição dos *royalties* do petróleo, suspensa há 13 anos. Além disso, afirmou que a alteração das regras pode gerar perdas bilionárias ao Estado do Rio de Janeiro, em contexto de dificuldades financeiras. Ademais, alertou que a redução de receitas poderá comprometer ainda mais a prestação de serviços públicos à população. Nesse sentido, defendeu a manutenção do modelo atual de distribuição dos recursos entre os Estados produtores. Por fim, registrou que o posicionamento refletiu demanda da sociedade fluminense diante dos possíveis impactos econômicos e sociais.

**Sanderson (PL - RS)** - O Deputado registrou a celebração dos 400 anos da chegada dos jesuítas e da formação dos Sete Povos das Missões, destacando a relevância histórica da região para o Rio Grande do Sul. Além disso, abordou o elevado endividamento das famílias brasileiras, associando o cenário a fatores econômicos como inflação e juros altos. Ademais, criticou a insuficiência de programas existentes para enfrentamento do problema. Nesse contexto, apresentou o Projeto de Lei nº 2.013, de 2026, que institui o Programa Nacional de Renegociação de Dívidas das Famílias, voltado à reestruturação de débitos, prevenção do superendividamento e ampliação do acesso ao crédito. Por fim, defendeu medidas para fortalecer a economia e evitar novas crises.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado registrou a mobilização de representantes de órgãos estaduais e entidades de servidores do Rio de Janeiro diante do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da redistribuição dos *royalties* do petróleo. Além disso, afirmou que os recursos constituem direito dos Estados produtores, conforme previsto na Constituição. Ademais, alertou que eventual mudança na regra pode provocar impactos severos nas finanças estaduais. Nesse contexto, destacou a preocupação com possíveis consequências econômicas e sociais para o Estado. Por fim, ressaltou a união de Parlamentares de diferentes posições políticas em defesa da manutenção dos *royalties* como forma de preservar a estabilidade do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Adilson Barroso (PL - SP)** - O Deputado registrou a presença da Deputada Estadual de São Paulo Fabiana Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado manifestou preocupação com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, sobre a redistribuição dos *royalties* do petróleo entre Estados produtores e não produtores. Além disso, alertou que a medida pode gerar impactos negativos nas finanças do Espírito Santo. Ademais, destacou que a possível redução de receitas comprometeria investimentos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Afirmou ainda que a mudança pode provocar desequilíbrio fiscal, atingindo também outros Estados produtores. Ao concluir, registrou posicionamento contrário à retomada do julgamento, apontando riscos de perdas significativas para o Espírito Santo.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado prestou solidariedade às famílias de vítimas de tiroteio ocorrido em escola no Município de Rio Branco (AC), destacando a morte de duas servidoras da educação que atuaram na proteção de crianças durante o ataque. Em seguida, reconheceu o impacto do episódio sobre alunos e comunidade escolar e afirmou que a ocorrência evidenciou a necessidade de reforço na segurança em ambientes educacionais. Também ressaltou que situações de violência não devem ocorrer em escolas, que devem garantir proteção e acolhimento. Ao concluir, manifestou condolências às famílias e declarou luto diante da tragédia no Estado.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada abordou o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.612, que questiona a legislação sobre igualdade salarial entre homens e mulheres, incluindo a exigência de relatórios por empresas. Além disso, destacou que a norma possui caráter educativo e visa promover equidade no mercado de trabalho. Apontou ainda que a diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil permanece elevada, com maior impacto sobre mulheres negras. Assim, criticou a contestação apresentada por entidades empresariais e partidos. Por fim, realizou apelo ao Supremo Tribunal Federal para manter a lei conforme aprovada pelo Parlamento.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado Alberto Fraga manifestou indignação diante de um caso de estupro coletivo envolvendo menores e usou o episódio para criticar a falta de avanço de medidas de combate à violência no Brasil. Acusou o Senado de travar projetos aprovados pela Câmara, como a redução da maioria penal e propostas de proteção a mulheres, como a obrigação de avisar vítimas quando agressores deixavam o presídio. Defendeu a necessidade de discutir punições mais rígidas, argumentando que jovens de 16 anos tinham consciência de seus atos, e afirmou que havia falta de vontade política para enfrentar a criminalidade, apesar da existência de propostas já elaboradas no Congresso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Rui Falcão (PT - SP)** - O Deputado afirmou que subscreveu uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo Partido dos Trabalhadores contra a forma como foi conduzida a votação do chamado “projeto de lei da dosimetria”. Criticou a fragmentação do projeto, alegando que a retirada dos crimes hediondos teria facilitado a derrubada de veto presidencial e beneficiado envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Declarou ainda que a medida foi inconstitucional e que a ação buscava corrigir essa situação no Supremo Tribunal Federal.

**Mauricio Marcon (PL - RS)** - O Deputado afirmou que o Presidente Lula teria demonstrado estar ao lado de criminosos ao vetar um projeto que aumentava penas para roubos com lesão grave. Criticou a decisão, argumentando que a medida manteria punições mais brandas para crimes violentos. Também mencionou um caso de violência envolvendo menores para defender a responsabilização mais rígida de jovens infratores, criticando setores da Esquerda por se oporem a isso. Por fim, relacionou o tema ao contexto eleitoral, incentivando a população a refletir sobre o posicionamento de Parlamentares em relação à segurança pública.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada afirmou que a aprovação da Lei da Dosimetria e a forma como ocorreu sua votação representaram uma manobra inconstitucional para beneficiar condenados, incluindo os envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Criticou a fragmentação do veto presidencial, comparando a sessão a momentos políticos passados que considerou ilegítimos, e acusou Parlamentares favoráveis à medida de protegerem criminosos. Defendeu ainda que a redução de penas poderia funcionar como uma espécie de anistia, o que, segundo ela, violaria a Constituição, especialmente em crimes contra o Estado Democrático de Direito. Por fim, declarou que buscaria a anulação da sessão no Supremo Tribunal Federal e reafirmou a necessidade de resistência em defesa da democracia.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado afirmou que participou de uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública para discutir as dificuldades relacionadas à documentação dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAFs). Destacou a presença de representantes do setor, incluindo praticantes e entusiastas do tiro esportivo, caça e colecionismo de armas, e mencionou que esses grupos enfrentaram obstáculos nos últimos anos para manter suas atividades. Também relatou que houve discussões com a Polícia Federal e o Exército sobre a regulamentação do setor, defendendo a necessidade de um olhar mais técnico sobre o tema.

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado agradeceu o apoio dos Parlamentares ao Projeto de Lei nº 5.744, de 2023, do qual foi relator, destacando que a proposta endurece as penas para crimes de homicídio e lesão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

corporal contra profissionais da vigilância privada. Explicou que o projeto reconhecia crimes cometidos em serviço ou em razão dele e também ampliava a proteção às famílias desses profissionais. Por fim, ressaltou que a medida representava um reconhecimento do valor e da importância desses trabalhadores para a segurança da sociedade.

**Bia Kicis (PL - DF)** - A Deputada criticou declarações atribuídas ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e classificou como inadequada a manifestação de cunho político-partidário no âmbito do Judiciário. Afirmou que apresentou representação ao Conselho Nacional de Justiça, em conjunto com outros congressistas, questionando falas que comprometeriam a imparcialidade esperada de magistrados.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado destacou o lançamento do programa Desenrola 2.0 pelo Governo Federal e afirmou que a iniciativa buscou oferecer alívio financeiro a pessoas endividadas e ampliar o acesso à renegociação de débitos. Explicou que o programa contemplou modalidades voltadas a famílias de baixa renda, estudantes com dívidas do Fies, micro e pequenas empresas e agricultores familiares, com possibilidade de descontos de até 90% e condições facilitadas de pagamento. Também ressaltou medidas como uso parcial do FGTS, limitação de juros e restrições ao uso de recursos em plataformas de apostas. Por fim, defendeu o programa como instrumento de recuperação econômica e citou a necessidade de debate sobre juros e endividamento das famílias brasileiras.

**Zé Trovão (PL - SC)** - O Deputado repercutiu caso de violência sexual contra duas crianças e defendeu mudanças na legislação penal, com foco na redução da maioria penal. Afirmou que o episódio expôs fragilidades no sistema de responsabilização de adolescentes envolvidos em crimes graves. Também cobrou posicionamento do Governo Federal sobre o caso e associou o debate à necessidade de revisão das políticas de segurança pública e de endurecimento das penas para crimes dessa natureza.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado comentou informações que envolviam delação premiada do ex-presidente do Banco de Brasília e citou menções ao ex-Governador Ibaneis Rocha. Afirmou esperar apuração rigorosa por parte das autoridades e defendeu eventual bloqueio de bens e responsabilização, caso irregularidades fossem comprovadas. Criticou a condução administrativa atribuída ao ex-Governador e questionou sua influência junto ao sistema de Justiça. Por fim, cobrou atuação independente do Judiciário na análise de possíveis desdobramentos do caso, sustentando que as investigações deveriam avançar sem interferências e com observância aos procedimentos legais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada afirmou que recorrer ao Supremo é legítimo quando o Congresso fere a Constituição, criticou a votação sobre o veto da dosimetria e defendeu que os atos de 8 de janeiro configuraram uma tentativa real de golpe, rejeitando a narrativa de perseguição a manifestantes. Afirmou ainda que a proposta favoreceria não apenas condenados pelos ataques às instituições, mas também autores de crimes graves, como estupradores e feminicidas, acusando a oposição de incoerência por se dizer defensora da segurança pública. Também classificou a atual polarização política como um embate entre democracia e autoritarismo e sugeriu que a condução da votação estaria ligada a acordos para barrar investigações envolvendo o Banco Master.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado criticou a Esquerda, rejeitando acusações de que o ex-Presidente Jair Bolsonaro e a Direita seriam antidemocráticos, ao mesmo tempo em que associou figuras históricas da Esquerda a ações armadas durante a ditadura militar. Também atacou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmou otimismo eleitoral em relação a Flávio Bolsonaro. Na área de segurança pública, defendeu a redução da maioria penal após citar um caso de violência sexual contra crianças, argumentando que a medida seria urgente para combater crimes graves. Por último, anunciou sua participação em seminário sobre a ponte binacional Brasil-Bolívia em Guajará-Mirim (RO), defendendo a geração de emprego local e destacando recursos destinados por seu mandato ao Município.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado criticou a Esquerda ao acusá-la de omissão diante de um caso de estupro coletivo contra duas crianças, contrapondo esse silêncio à mobilização em outras causas, como maus-tratos a animais e mortes de suspeitos em confrontos policiais. Defendeu a redução da maioria penal como resposta urgente à violência, argumentando que a medida teria amplo apoio popular e criticando o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por atuar contra essa pauta. Também criticou o programa estadual da Governadora Fátima Bezerra, “Horizontes Potiguares”, que classificou como incentivo à criminalidade juvenil.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado criticou Parlamentares da Direita, acusando-os de hipocrisia ao defenderem pautas de endurecimento penal enquanto teriam aprovado medidas que beneficiariam criminosos. Afirmou também que a derrubada parcial do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, o PL da dosimetria, poderia favorecer a soltura de milhares de condenados, incluindo autores de crimes graves, e classificou a proposta como uma tentativa de beneficiar politicamente o ex-Presidente Jair Bolsonaro e aliados envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Também acusou o grupo bolsonarista de agir contra a instalação de investigações sobre o caso do Banco Master, sugerindo que a votação teria servido como moeda de troca para barrar uma CPI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado rebateu acusações feitas pela Esquerda sobre suposto apoio da Direita ao caso envolvendo o Banco Master, afirmando que foram Parlamentares de Esquerda os responsáveis por derrubar o relatório da CPMI do INSS que tratava dessas irregularidades. Acusou adversários políticos de distorcerem os fatos e afirmou que o Governo estaria em desgaste político.

**Paulo Marinho Jr (PL - MA)** - O Deputado defendeu mudanças na legislação penal para combater a impunidade no Brasil, citando crimes hediondos como exemplo da necessidade de punições mais eficazes. Argumentou que autores de crimes graves devem ser responsabilizados independentemente da idade, divergindo parcialmente da defesa tradicional da redução geral da maioridade penal ao propor um tratamento específico para crimes hediondos. Também criticou a lentidão e a falta de efetividade do Judiciário, afirmando que a sensação de impunidade estimula a reincidência criminal e atinge inclusive a esfera política, ao mencionar fraudes eleitorais e desinformação. Por fim, fez um apelo para que o Congresso trate o tema como uma pauta nacional, acima de divisões ideológicas entre Direita e Esquerda, em defesa de reformas voltadas ao fortalecimento da responsabilização penal.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado acusou a extrema direita de tentar atribuir ao PT o caso do Banco Master, que estaria vinculado ao próprio bolsonarismo, ironizando a situação com o termo “Bolsomaster”. Ademais, ressaltou que figuras ligadas ao bolsonarismo teriam conexões diretas com o banco, citando financiamentos envolvendo Tarcísio de Freitas e Jair Bolsonaro, além de mencionar o Governador Cláudio Castro e o Governador Ibaneis Rocha como atores ligados a decisões financeiras relacionadas ao banco.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado criticou o foco do debate parlamentar em temas que considerou secundários diante de questões estratégicas para o desenvolvimento nacional, defendendo que o Congresso priorize a discussão sobre minerais estratégicos e sua importância para o avanço tecnológico do Brasil. Argumentou que o País precisa construir uma legislação capaz de garantir não apenas a extração, mas também o processamento e a agregação de valor desses recursos, evitando a exportação de matéria-prima sem industrialização e a consequente dependência externa. Criticou também declarações de pré-candidatos que sinalizam a entrega desses recursos a interesses estrangeiros, especialmente em disputas geopolíticas envolvendo a China, e defendeu uma política soberana baseada em investimento em ciência, tecnologia e inovação, citando iniciativas do Governo Federal voltadas à inteligência artificial e o apoio de entidades científicas como base para formular um projeto nacional que proteja os interesses estratégicos do Brasil.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado criticou Parlamentares do PT, acusando-os de disseminar informações falsas ao relacionarem armas legalizadas de atiradores esportivos ao abastecimento do crime



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

organizado. Citando dados de apreensões em São Paulo, afirmou que apenas uma pequena parcela das armas usadas em crimes teria origem legal, argumentando que isso desmontaria a narrativa em defesa do desarmamento. Acusou ainda o PT de manipulação política em temas como a CPMI do INSS e de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para reverter derrotas no Congresso, além de levantar suspeitas sobre supostos vínculos financeiros entre o Banco Master e o escritório da esposa de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Encerrando, afirmou que adversários políticos estariam utilizando informações e imagens falsas para atacar a Direita e o ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando essas práticas como parte de uma estratégia recorrente de desinformação.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada criticou a tramitação de propostas sobre minerais estratégicos e terras raras na Câmara, argumentando que o debate coloca em risco a soberania nacional e pode atender a interesses eleitorais e econômicos externos. Questionou a falta de definições claras sobre quais minerais seriam classificados como críticos ou estratégicos, destacou a relevância do lítio e de outras reservas minerais em Minas Gerais, e defendeu que qualquer exploração desses recursos seja amplamente debatida com base científica, participação da sociedade civil e consulta prévia às populações afetadas, especialmente povos indígenas. Alertou também para impactos sociais, ambientais e de saúde associados à mineração, citando tragédias como o rompimento da barragem de Brumadinho e da barragem de Mariana, além de defender uma política nacional que priorize agregação de valor, proteção ambiental e uma economia inteligente que concilie desenvolvimento com justiça social e preservação dos territórios.

**Sônia Guajajara (PSOL - SP)** - A Deputada celebrou a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 6.132, de 2025, do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal Indígena (Unind). Ademais, destacou que, quando esteve à frente do Ministério dos Povos Indígenas, articulou a mobilização e o debate sobre a matéria nos territórios, com mais de vinte seminários envolvendo professores, alunos, educadores e lideranças. Além disso, enfatizou que a nova universidade valorizará os saberes indígenas, permitirá aos povos indígenas produzir pesquisas próprias e promoverá troca de conhecimentos com não indígenas. Ao final, definiu a criação da Unind como política estruturante para o Brasil.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado elogiou a gestão do Prefeito Toninho Bitencourt em Marataízes (ES). Destacou que o Prefeito reassumiu o Município com endividamento superior a 100 milhões de reais e promoveu organização administrativa e financeira, com pagamento de dívidas, obras e melhoria das contas públicas. Ademais, ressaltou que essa reorganização permitiu o envio à Câmara Municipal de projeto de lei para reajustar a remuneração dos servidores municipais. Ao final, elogiou os investimentos direcionados a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

crianças atípicas, como a ecoterapia, e informou a destinação de recursos de seu mandato para a saúde pública do Município.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado elogiou o debate da Câmara dos Deputados com estudantes do Programa Estágio-Visita, parabenizou a equipe organizadora e destacou que a iniciativa aproxima o Parlamento dos debates nacionais.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada elogiou o debate promovido pela Câmara dos Deputados com estudantes do Programa Estágio-Visita, destacou o interesse dos jovens pela política e pelo Poder Legislativo e celebrou a participação de universitários de todo o País na iniciativa.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado celebrou o encontro com estudantes universitários do Programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados, no qual debateu igualdade, combate ao feminicídio, salários iguais para trabalhos iguais, entre outros assuntos. Ademais, parabenizou a Deputada Soraya Santos pela participação no evento.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado recepcionou estudantes universitários visitantes da Câmara dos Deputados e destacou o debate realizado com os Deputados Bohn Gass e Soraya Santos. Ademais, alertou para o ataque ocorrido em escola de Rio Branco (AC), no qual um adolescente matou duas servidoras após sofrer *bullying*. Além disso, defendeu a aplicação da Lei nº 14.811, de 2024, conhecida como Lei Antibullying, e cobrou a atuação dos Municípios, das escolas, do Ministério Público e dos gestores públicos na prevenção à violência escolar.

**Rosângela Reis (PL - MG)** - A Deputada defendeu a valorização dos profissionais da segurança privada, com melhores salários, condições de trabalho, reconhecimento legal e proteção da categoria. Ademais, destacou que vigilantes atuam em bancos, hospitais, escolas e comércios, protegendo vidas e patrimônios. Além disso, pediu apoio ao Projeto de Lei nº 5.744, de 2023, que dispõe sobre o recrudescimento do tratamento penal dispensado aos crimes de homicídio e de lesão corporal contra integrante da segurança privada, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição, e ressaltou sua relatoria na Comissão de Legislação Participativa.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada agradeceu o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2025, que acrescenta o inciso LXXX ao artigo 5º da Constituição Federal para tornar imprescritíveis os crimes sexuais quando cometidos contra



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

menores de doze anos de idade. Ademais, destacou a votação da urgência para o Projeto de Lei nº 10.148, de 2018, de sua autoria, baseado em sugestão de participante do Programa Estágio-Visita, que estabelece a dedutibilidade do imposto de renda para as doações a entidades sem fins lucrativos de proteção aos animais. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.117, de 2021, que afasta da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada saudou os participantes do Programa Estágio-Visita e defendeu as políticas de segurança pública do Governo Lula, destacando a redução dos homicídios dolosos. Ademais, criticou os Parlamentares que aprovaram o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria da pena, contribuindo para a soltura antecipada de condenados por crimes graves e dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Além disso, relacionou o Banco Master ao bolsonarismo e ao Governador de São Paulo Tarcísio de Freitas. Por fim, elogiou o Programa Desenrola Brasil e ressaltou que o Presidente Lula adotou medidas para reduzir a inadimplência de pequenos negócios, agricultores, famílias e estudantes.

**Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES)** - O Deputado cobrou do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, a abertura imediata da Ordem do Dia. Ademais, criticou o atraso no início das votações, afirmando que a situação desrespeita os Parlamentares e os eleitores. Além disso, defendeu a apreciação de propostas legislativas importantes para recuperar a credibilidade do País e destacou a importância da votação do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado denunciou o estupro coletivo de duas crianças em São Paulo (SP) e criticou a desproporção na repercussão do caso em comparação com episódios de violência contra animais. Ademais, defendeu o endurecimento das punições para adolescentes envolvidos em crimes graves e a redução da maioria penal. Além disso, afirmou que quatro dos cinco envolvidos no crime eram adolescentes e considerou insuficiente a internação de três anos em programa socioeducativo diante da gravidade do crime.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado destacou a visita do Ministro dos Transportes e do Presidente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) às obras da BR-290, entre Porto Alegre (RS) e Uruguaiana (RS). Elogiou a retomada das duplicações iniciadas no Governo Dilma, com novos avanços no Governo Lula por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ademais, apontou obras de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

mobilidade na região de São Leopoldo (RS), especialmente no bairro Scharlau, e de Novo Hamburgo (RS). Ao final, celebrou a retomada das alças da segunda ponte do Guaíba, em Porto Alegre (RS).

**Paulo Lemos (PT - AP)** - O Deputado saudou os participantes do Programa Estágio-Visita e esclareceu que a sessão ocorria em sistema híbrido, com participação remota da maioria dos Parlamentares. Ademais, defendeu a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Além disso, destacou a importância e os riscos da atividade exercida pela categoria e informou que apresentou requerimento para inclusão da proposição na Ordem do Dia.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada manifestou solidariedade à Deputada Heloísa Helena pela morte de seu filho e destacou sua trajetória de compromisso com a luta por direitos. Ademais, defendeu a soberania nacional diante do debate sobre terras raras, criticou a subserviência a interesses estadunidenses e associou soberania à democracia, à educação, à ciência, à tecnologia, à soberania popular e à proteção ambiental. Por fim, sustentou a aprovação do Projeto de Lei nº 466, de 2015, que dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado reforçou o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores e da Federação Brasil da Esperança com a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1. Ademais, destacou as manifestações realizadas no Dia do Trabalhador em defesa da medida. Além disso, sustentou que o fim da escala proporcionará mais qualidade de vida e valorização dos trabalhadores, especialmente às mulheres e à juventude.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado criticou o entreguismo das terras raras brasileiras e comparou o debate atual à exploração colonial do ouro por Portugal. Ademais, afirmou que o Brasil está em disputa entre americanos e chineses e rejeitou qualquer tentativa de entrega desses minerais aos Estados Unidos. Além disso, alertou que a exportação de níquel leva consigo cobre, cobalto, platina, paládio e ferro, sem cobrança de imposto sobre esses outros minerais. Ao final, destacou sua atuação parlamentar na defesa das terras raras de Minaçu (GO) e de Nova Roma (GO).

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado defendeu a redução da maioria penal, ao menos para crimes hediondos. Ademais, sustentou que adolescentes de 16 e 17 anos envolvidos em crimes graves não devem ser



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

tratados como crianças nem submetidos apenas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas responsabilizados penalmente com prisão.

**Átila Lins (PSD - AM)** - O Deputado registrou a posse do Governador Roberto Cidade e do Vice-Governador Serafim Corrêa, eleitos pela Assembleia Legislativa do Amazonas após a renúncia do Governador e do Vice-Governador anteriores. Ademais, desejou sucesso à nova gestão e destacou sua participação na solenidade. Além disso, relatou visitas a Lábrea (AM), Tefé (AM) e Jutai (AM), onde inaugurou obras, prestigiou eventos e anunciou investimentos diversos resultantes de sua atuação parlamentar.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado defendeu que o debate político entre Direita e Esquerda seja centrado em projetos e políticas públicas, sem agressões pessoais ou ataques às instituições democráticas. Ademais, afirmou integrar o campo da Esquerda democrática e defendeu a educação pública de qualidade em todos os níveis de ensino. Por fim, criticou o Projeto de Lei nº 6.029, de 2025, da Direita, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar na educação básica (*homeschooling*), sustentando que a medida enfraquece a escola pública e compromete seu papel de formação democrática e convivência social.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada denunciou diversas irregularidades envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master, classificando o caso como o maior escândalo financeiro recente do Distrito Federal. Ademais, criticou a compra de carteira do Banco Master pelo BRB, associou o caso ao Governador Ibaneis Rocha e ao bolsonarismo e apontou problemas nas áreas de saúde, habitação e educação do Distrito Federal. Além disso, afirmou que o Governo do Distrito Federal enfrenta crise fiscal e cobrou a prisão de todos os responsáveis pelas fraudes do Banco Master.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado anunciou a realização de audiência pública do Parlasul (Parlamento do Mercosul) na Fenasoja, em Santa Rosa (RS), com o tema migração laboral, mobilidade humana e integração fronteiriça. Destacou a importância de flexibilizar regras para facilitar o deslocamento de pessoas que realizam comércio, turismo ou estudos nos países do bloco, com vistas ao fortalecimento do Mercosul. Informou que o evento foi agendado para a sexta-feira, a partir das 8h30, com a presença de outros Parlamentares e representantes do Governo.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado defendeu o Desenrola Brasil 2.0 como importante instrumento de renegociação de dívidas e recuperação do crédito para milhões de brasileiros. Destacou como medida positiva o bloqueio do acesso a plataformas de apostas online (*bets*) para os beneficiários do programa, argumentando que não há sentido em oferecer renegociação de dívidas sem proteger o cidadão de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

mecanismos que podem levá-lo novamente ao superendividamento. Ressaltou ainda que o Tocantins é o Estado com o maior número de inadimplentes no País, tornando o programa especialmente relevante para as famílias tocaninenses. Por fim, defendeu que políticas públicas de recuperação de crédito sejam acompanhadas de educação financeira e mecanismos concretos de prevenção ao superendividamento.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a ausência de uma estratégia de segurança pública do Governo Federal. Relembrou que, em abril de 2025, o Presidente da República entregou pessoalmente uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 18, de 2025) da Segurança à Câmara, aprovada com 487 votos, mas que teria sido posteriormente abandonada no Senado. Apontou a expansão do PCC e do Comando Vermelho para todos os 27 Estados, com movimentação estimada em R\$ 300 bilhões anuais, infiltração em *fintechs* e presença em quase 300 cidades na Amazônia. Contestou a narrativa governamental sobre queda de homicídios, contrapondo-a com dados sobre recorde de feminicídio e violência sexual. Por fim, alertou que o encontro previsto entre o Presidente Lula e o Presidente Donald Trump, com pauta voltada ao crime organizado transnacional, exporia internacionalmente a falta de uma política de segurança consistente, conclamando o Governo a retomar a PEC, criar o Ministério da Segurança e apresentar uma estratégia nacional efetiva.

**Vander Loubet (PT - MS)** - O Deputado defendeu que as mudanças climáticas afetam diretamente a vida da população e ressaltou a importância do Pantanal para o Mato Grosso do Sul. Reconheceu a retomada da política climática no Governo do Presidente Lula a partir de 2023, citando a queda no desmatamento na Amazônia (o menor índice dos últimos onze anos, segundo o Prodes, do Inpe), bem como a redução das emissões brutas brasileiras em 2024, a maior em dezesseis anos. Além disso, destacou o Plano Clima, a contribuição climática entregue às Nações Unidas, com meta de redução de emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, o PPPantanal, o Fundo Clima, o programa Eco Invest Brasil e a realização da COP30 em Belém (PA). Por fim, defendeu que desenvolvimento e preservação ambiental são compatíveis e conclamou o Parlamento a aprovar políticas públicas, fiscalizar sua execução e assegurar orçamento para enfrentar a crise climática.

**Guilherme Uchoa (PSD - PE)** - O Deputado manifestou consternação diante das fortes chuvas que levaram o Governo de Pernambuco a decretar situação de emergência em 27 Municípios, com vítimas fatais e milhares de desalojados e desabrigados, especialmente na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata Norte. Relatou visita pessoal a localidades afetadas, com destaque para Goiana, ao lado do Prefeito Márcio Régio, e citou entre os Municípios mais impactados Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Camaragibe, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Itambé e Igarassu. Prestou solidariedade ao povo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 72.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 05/05/2026

pernambucano e reconheceu o trabalho da Governadora Raquel Lyra, da Defesa Civil, dos bombeiros, das forças de segurança e dos voluntários. Por fim, defendeu a necessidade de ações preventivas e de planejamento urbano para além da resposta imediata, e anunciou a destinação de emendas individuais e de bancada para obras estruturantes voltadas à redução da vulnerabilidade das populações em áreas de risco.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado saudou a realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino no Brasil como reconhecimento internacional do esporte nacional e oportunidade de valorizar atletas e inspirar meninas em todo o País. Também alertou para a responsabilidade que acompanha a honra de sediar o evento, recordando lições de obras superfaturadas e legados não concretizados na Copa do Mundo FIFA de 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Por fim, defendeu que cada investimento seja transparente e eficiente, e que o evento deixe legado real: incentivo ao esporte de base, fortalecimento do futebol feminino e geração de emprego e renda com respeito ao dinheiro público.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado relatou a aprovação, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados responsável por analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, de requerimentos apresentados pelo Deputado Federal Rubens Pereira Jr., que viabiliza a realização de seminário temático em São Luís, no Maranhão, sobre o fim da escala 6 por 1. Além disso, assinalou que a jornada 6 por 1 impõe impactos negativos à saúde, ao descanso e à qualificação dos trabalhadores do comércio, e que o seminário subsidiará a votação da PEC. Por fim, defendeu que a reforma da jornada de trabalho alia justiça social, produtividade e dignidade, em consonância com as diretrizes do Governo Federal.

**Vinicius Carvalho (PL - SP)** - O Deputado apontou um conjunto de adversidades enfrentadas pelo Governo, entre as quais duas derrotas no Congresso (a rejeição da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal e a derrubada do veto ao PL da Dosimetria), além da alta do desemprego a 6,1% no primeiro trimestre encerrado em março, com 6,6 milhões de desocupados e elevação de 19,6% em relação ao trimestre anterior. Também questionou a campanha pelo fim da escala 6x1 sem debate aprofundado sobre os impactos no emprego, e assinalou o endividamento das famílias, a expectativa de inflação de 4,89% para 2026 (acima do teto da meta de 4,5%) e o retorno do projeto Desenrola. Por fim, atribuiu os resultados negativos nas pesquisas de opinião a gastos desenfreios, corrupção e incoerências da gestão governamental.

## ENCERRAMENTO